

## A escravidão em *O tronco do ypê*: Uma análise historiográfica dos escritos políticos e literários de José de Alencar<sup>1</sup>

Maria Elzita Alves Aragão  
Graduação em História, UFAL  
xelzitaalvesx@outlook.com.br

### RESUMO

O presente trabalho é uma síntese de análise da representação da escravidão no romance **O Tronco do Ypê**, de José de Alencar, a partir da relação entre escravo e casa grande. Analisar a sociedade escravista do século XIX, verificando as relações tratadas no romance, assim como identificar a imagem da escravidão veiculada no pensamento literário e no posicionamento político do autor, frente à construção literária da identidade brasileira, observando e discutindo ao espaço reservado ao negro em sua obra. Como este foi retratado e representado. O foco central da pesquisa foi empreendido por uma seleção da obra de foco central da pesquisa, levantamento e organização da bibliografia existente sobre o tema, de forma a orientar o processo de investigação para compreender, interpretar e analisar o objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Literatura; José de Alencar.

### Introdução

Durante o século XIX, a maioria dos escritos é marcada por um apagamento dos africanos e dos seus descendentes, assim como suas memórias ora apagadas e representadas de maneira negativa, adquirindo tais contornos, principalmente, após a proclamação da independência e com a conjuntura da edificação do Império, a necessidade de construir uma identidade nacional se desencadeia, assim, um passado para a jovem nação começa a ser traçado, principalmente, pela via literária, nessa construção, a identidade negra é constantemente negada.

O século XIX foi um dos mais heterogêneos pelo qual o Brasil já passou, nosso país conheceu durante esse período diferentes regimes políticos. Iniciou-se ainda como o Brasil colonial, passou pelo período imperial e terminou com a culminação da República. O Brasil desse período era uma ex-colônia com uma formação social baseada na mão de obra negra

---

<sup>1</sup> Orientador: professor Dr. Pedro Abelardo de Santana.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

escrava que formava a base, constituída pela elite no topo e pela população pobre e livre no meio, uma sociedade heterogênea acentuada pelas divergências.

O fim da década de 1860 e o início da década de 1870 foi um período de grande efervescência acerca dos debates que envolviam a escravidão no Brasil. A sociedade brasileira oitocentista é marcada, principalmente, pelas discussões dos grupos políticos do período, os quais defendiam que um país essencialmente agrícola e baseado na mão de obra escrava não poderia abolir o regime sem sofrer consequências grandiosas e desastrosas (CARVALHO, 2008).

Em meio a esse debate, destacam-se duas posições de José de Alencar<sup>2</sup> tanto no meio literário quanto no meio político, pois enquanto deputado ele assumiu uma postura contrária à chamada Lei do Ventre Livre ou Projeto de Lei de 1871. Lei que causou um alvoroço e despertou inquietações no meio sociopolítico do Brasil, mas, sobretudo ele defendeu a não aprovação, afirmando que a emancipação dos escravos era apenas questão de tempo, pois a sociedade brasileira vinha passando por uma “revolução de costumes”.

Pela via literária, Alencar também esboçou suas convicções. Em seus romances procurou projetar uma imagem que representasse o ser brasileiro com suas características e seus costumes, inclusive retratando a sociedade escravista oitocentista em algumas de suas obras, como **O demônio familiar** (1858), **Mãe** (1859), **O Tronco do Ipê** (1871), **Til** (1872).

Ao tomar como fonte de análise historiográfica uma obra literária, vê-se a possibilidade de diálogo entre história e literatura inserido no domínio da história cultural, possibilitando trabalhar com tal fonte sob diversos aspectos, já que são formas distintas de ver a realidade e lhe dar sentido. Como coloca Pesavento,

São outras as questões que articulam o debate, que aproximam e entrecruzam as narrativas histórica e literária, entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Segundo Pesavento, a literatura é “narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica” (PESAVENTO, 2006). Permitindo que possamos desenvolver múltiplas leituras de tal fonte, lhe indagar perguntas, questões, a partir do autor e da época, enxergando através dos traços de

---

<sup>2</sup> Literato e político cearense do século XIX, reconhecido como o patriarca da literatura brasileira.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

outro tempo, revelados por meio da representação literária, podendo traçar perspectivas quanto às expectativas de uma época.

Assim, considerando o fato, de que não temos acesso ao passado, mas, temos fragmentos do que ocorreu através dos documentos, e que esses constituem representações daquilo que ocorreu no passado, dessa forma, podemos utilizar a literatura ficcional romanesca do século XIX para estudar e compreender questões significativas à época em que tais obras foram produzidas, visto que são produtos do seu tempo e reflexo das condições socioculturais do meio em que os autores se inserem.

Alencar inclui a realidade brasileira em suas obras de criação literária, assim, nessa perspectiva, buscaremos problematizar num primeiro momento as ideias e convicções políticas de Alencar acerca da emancipação dos escravos e, posteriormente, analisar a representação da escravidão veiculada por Alencar na obra literária **O Tronco do Ipê** na tentativa de verificar o diálogo entre criação literária e as opiniões políticas do autor, constatando qual o lugar relegado ao negro em sua obra.

É apropriado nesse momento considerar que a “representação da escravidão” feita por Alencar compreende um discurso construído, na medida em que, conforme Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade (...) legitimar (...) escolhas e condutas (CHARTIER, 2002, p. 17).

De acordo com Pesavento, as representações são:

Matizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva (...) Tal pressuposto implica eliminar do campo de análise a tradicional clivagem entre o real e o não real, uma vez que a representação tem a capacidade de substituir a realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem (ANDRADE *apud* PESAVENTO, 2003, p. 39-41).

Essa representação repercute em **O Tronco do Ipê**, a partir da imagem veiculada por Alencar da sociedade escravagista de meados de 1850, mostrando-se comprometido com os temas vigentes na sociedade brasileira do século XIX nesse texto ficcional.

O ambiente sociopolítico e econômico da segunda metade do século XIX estava sob forte influência dos debates acerca da escravidão, o Brasil era uma nação independente no cenário político, mas, ainda dependente economicamente do sistema escravista, uma situação complicada frente à pressão internacional, principalmente, a pressão inglesa, para que o país colocasse um fim na escravidão. O que constituía um verdadeiro impasse, um país que não

poderia acabar com a escravidão, contrariando os interesses nacionais, mas, que precisava se redimir no plano internacional com as demais nações.

Em meio a esse impasse, surgem os debates acerca da aprovação da Lei do Ventre Livre que não foi diferente, visto que optar por deixar livre o fruto de um ventre cativo, era cessar a única fonte geradora de escravos no país, após o fim do tráfico de africanos. Esse projeto de lei causava grande inquietação, este incluía:

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos (Lei de 1871 em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)>. Consultado em 16/12/2018).

Tal lei firmava compromissos que o senhor deveria ter em relação ao escravo, limitando seu poder de dispor do escravo como lhe conviesse, interferia no domínio do senhor com relação às alforrias, abalando a autoridade do senhor, mas, em certa medida a lei considerava os interesses escravistas.

Diante desse cenário, Alencar enquanto político monarquista do Partido Conservador, que atuou nas décadas de 1860 e 1870, defendia a monarquia como o melhor modelo/regime político para o Brasil, e usou dos meios que dispunha para expressar seu pensamento sobre a escravidão. Por meio de três cartas abertas, com uso do pseudônimo Erasmo e escritas em meados de 1867 a 1868, as **Novas Cartas Políticas de Erasmo** dirigidas ao imperador D. Pedro II apresenta entre os assuntos, as concepções de Alencar sobre a emancipação dos escravos no Brasil, um assunto de grande impacto no país. Vale ressaltar que no dado contexto político, econômico e social do Brasil, D. Pedro II vinha mostrando certa simpatia pela questão abolicionista, muito em parte pela pressão da Junta Francesa de Emancipação.

### **As cartas políticas de Erasmo: Uma intervenção indireta**

Na primeira carta destinada ao assunto, Alencar coloca a emancipação como “questão máxima do dia”, deixa claro que a escravidão dava seus últimos suspiros, mas, que ainda não tinha falecido e como era ligada aos interesses do povo e possuía legitimidade legal, bastava para merecer o respeito.

A escravidão ao ver de Alencar era:

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Na qualidade de instituição me parece tão respeitável como a colonização; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social. De feito na história do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O cativo foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público (ALENCAR, 2009, p. 320).

Alencar chega a destacar que sem a escravidão “a marcha da humanidade seria impossível” e “sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto” (ALENCAR, 2009, p. 321).

Em sua segunda carta sobre a emancipação, Alencar observa o chamado “amalgama das raças”, como um dos resultados benéficos do tráfico. Para ele, “a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilizado” (ALENCAR, 2009, p. 296). Sendo a resolução da escravidão à absorção de uma raça por outra, assim quando concretizado o amálgama, a escravidão tem seu fim, “como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo” (ALENCAR, 2009, p. 296).

Um pouco adiante em seus argumentos, Alencar atesta para o fato de que o “amalgama das raças” não estaria completo no Brasil, pois, havia grande número de escravos em determinadas províncias, os quais se mantinham nessa condição a seu ver apenas por respeito à instituição da escravidão, mas, segundo Alencar bastava que “rompa-se este freio, e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha” (ALENCAR, 2009, p. 303). Uma vez libertos, na concepção de Alencar, os negros se voltariam contra os brancos gerando o caos social.

Alencar adverte ao imperador D. Pedro II da “falsa filantropia” dos europeus que insistiam para que o Brasil realizasse a emancipação, ao colocar que:

O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países uma aluvião de injúrias pelo ato de manterem o trabalho servil. Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano? Em sua teoria, a bebida aromática, a especiaria, o açúcar e o delicioso tabaco são o sangue e a medula do escravo. Não obstante, ele os saboreia. Sua filantropia não suporta esse pequeno sacrifício de um gozo requintado; e, contudo, exige dos países produtores que, em homenagem à utopia, arruinem sua indústria e ameacem a sociedade de uma sublevação” (ALENCAR, 2009, p. 306-307).

Uma filantropia praticada “em gabinete” que se passa longe dos reais acontecimentos e longe da catástrofe que pode ser desencadeada caso venha a realizar a emancipação “imprudente”.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

O correto, na sua concepção, seria deixar a escravidão “preencher seu tempo e extinguir-se naturalmente pela revolução das ideias” (ALENCAR, 2009, p. 308).

Revolução essa de ideias que leva o autor a afirmar que no país já não se imperava a escravidão, ao contrário o que existia era “simples usufruto da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratados implicitamente entre o senhor e o Estado como tutor do incapaz” (ALENCAR, 2009, p. 309). Pois, se para a lei o escravo era tido como coisa, à razão pública já o elevava à condição de homem, “embora interdito e sujeito” (ALENCAR, 2009, p. 309).

Aos poucos Alencar vai tecendo suas concepções sobre a emancipação dos escravos, colocando o regime escravista enquanto instituição legal e necessária para “limar” as raças e lhes introduzir os “raios da civilização”, a escravidão serviria assim como uma forma de educar uma raça, no caso, a “raça africana”, um processo lento, demorado e difícil, que resgataria uma “raça bruta” da barbárie que estava imersa, caberia à escravidão ser a precursora da liberdade africana rumo à civilização (ALENCAR, 2009, p. 313). Assim quando:

O nível da população livre sobre a escrava se elevar consideravelmente, de modo que esta fique submersa naquela, a escravidão se extinguirá logicamente no Brasil. (...) Até então, porém, é um elemento essencial do trabalho neste vasto país (ALENCAR, 2009, p. 313).

Quando a fusão das raças e a superioridade de brancos se desse de forma hegemônica, evitando os aglomerados de negros que constituíam “núcleos poderosos de insurreição”, seria o momento ideal para encaminhar a abolição sem causar grandes abalos na sociedade, sem que se contestasse o poder do senhorial e, conseqüentemente, o regime escravista, principalmente, sem grandes transtornos no setor econômico do país.

Em sua última carta sobre a emancipação dos escravos, Alencar propõe que a imigração seria uma das soluções para a escravidão no país, segundo ele se a Europa:

“Houvesse nestes últimos quinze anos enviado ao Brasil um subsídio anual de sessenta mil emigrantes, número muito inferior à imigração americana, a escravidão teria cessado neste país. Venha ainda agora esta torrente de população e, em vinte anos ou menos, afirmo que o trabalho escravo estará extinto no império, sem lei abolicionista, sem comoção nem violência” (ALENCAR, 2009, p. 319).

Substituindo assim a mão de obra escrava pelo trabalho livre.

Alencar tinha bem delineado em suas cartas seu projeto e sua sólida concepção quanto à questão escravista e muitas vezes reafirmou essa posição em seus discursos parlamentares, enquanto deputado, deixando claro que a intervenção direta seria prejudicial à jovem nação,

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

principalmente, em relação da Lei do Ventre Livre, que acarretaria na desarmonia das relações entre senhores e escravos, ficando tal pensamento claramente expresso num discurso proferido em 1871:

Senhores, é um fato reconhecido a moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos, a instituição da escravidão em nosso País. (Apoiados.) Nossos costumes, a índole generosa de nossa raça, impregnaram essa instituição de uma brandura e solícitude que a transformaram quase em servidão. [...] Pois bem, se com a nossa impaciência sufocarmos esses sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; se criarmos o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e caridade? (ALENCAR, 1971, p. 98).

A seu ver a emancipação dos escravos era algo não fundamental e uma medida até mesmo equivocada, seria a revolução dos costumes da sociedade que traria o fim gradual e pacífico do sistema escravista permeado de “moderação e doçura” vigente no Brasil.

### **Erasmio: do pensamento político ao literário**

Enquanto se discutia no plano político do país a questão da escravidão e do futuro econômico e social do país, no plano cultural se pensava na execução de uma literatura que trouxesse elementos caracterizadores da brasilidade, uma literatura que expressasse o Brasil.

Durante essa empreitada na primeira metade do século XIX alguns elementos foram eleitos como autênticos representantes do Brasil: natureza exuberante e passado indígena, em detrimento de aspectos “não exuberantes” como negros e a escravidão, não seria sensato incluir elementos que contribuíssem para manchar o progresso da nação.

Nesse contexto, José de Alencar enquanto literato, engajado nesse projeto na segunda metade do século XIX, mesmo possuindo escritos de caráter político, dramático e jornalístico, declarou sua preferência pelo romance, e através desse gênero literário pouco praticado pelos brasileiros no período, dedicou-se a traçar seu projeto literário. O romance considerado por ele como “poema da vida real” (ALENCAR, 1893, p. 21), noção presente em diversos de seus escritos, realidade e ficção marcam a escrita alencariana.

Embora represente a realidade em suas obras, essa representação não exclui o caráter de elaboração artística da literatura, e se levada em consideração pode até apresentar opiniões pessoais da realidade frente à complexidade e liberdade de escrita proporcionada pelo romance.

Ora, considerando que Alencar em seu projeto literário estava disposto a retratar todas as faces da sociedade, e esta estava imersa na escravidão, podemos partir do pressuposto que não poderia concretizar tal objetivo sem incluir este considerável aspecto da sociedade da qual era contemporâneo. Assim, à luz dessa questão busca-se analisar de que forma Alencar aborda a escravidão em **O Trono do Ipê** e até que ponto suas convicções e seu posicionamento político está imerso na obra, publicada em 1871 no auge das discussões sobre a emancipação dos escravos e da aprovação da Lei do Ventre Livre.

### **A escravidão em O Trono do Ipê**

A trama da obra se passa em meados de 1850 na fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, localizada na zona da mata fluminense, na província do Rio de Janeiro. O romance envolve os personagens de Mário e Alice, e é cercado de mistério, isso, porque o garoto Mário desconfia de que o barão da Espera, proprietário da fazenda, seja o verdadeiro assassino de seu pai e tenha herdado ilegalmente as propriedades do mesmo, o qual seria o real herdeiro da fazenda. Como o barão era amigo de José Figueira (pai de Mário), resolve prover o sustento para a viúva e seu filho, após a morte do amigo, abrigando-lhes na fazenda onde Mário cresce envolto numa tenra e espirituosa amizade com Alice, filha do barão. Embora tenha sentimentos pela garota, Mário ainda preserva seus sentimentos de raiva e rancor pelo barão (SILVA, 2004).

A única pessoa que tem conhecimento dos verdadeiros acontecimentos acerca da morte de José Figueira é Benedito, escravo e antigo pajem de Figueira, o qual se recusa a verbalizar qualquer informação sobre o ocorrido na tal noite. Os anos se passam, os garotos crescem, Mário retorna a fazenda de onde partiu para a Europa para estudar e reencontra Alice, seus sentimentos por ela voltam a aflorar e o barão lhe oferece a mão da moça em casamento, embora Mário recuse tal oferta, envolto por seus sentimentos quanto ao barão que o tempo não apagou. O barão desesperado pela lembrança de que tivera a oportunidade de salvar o amigo das águas do Boqueirão e não o fez, e pela recusa de Mário à mão de Alice, resolve se suicidar nas mesmas águas na qual Figueira morreu, Mário salva-lhe a vida, assim como anos antes fizera com Alice, o barão abre-lhe o coração e, tempos depois, Mário e Alice se casam e abandonam a fazenda partindo para à vida na corte, deixando Benedito e a esposa na fazenda (SILVA, 2004).

A narrativa do romance é repleta de elementos característicos da escrita de Alencar, além de ser marcada pela brasilidade, apresentando dentro dos elementos que a compõem traços marcantes com respeito às relações escravistas.

As imagens dos escravos construída na narrativa podem ser percebidas em grande medida tanto nas relações entre senhores e escravos, quanto no modo em que os personagens se relacionam ao longo da obra.

Percebemos com clareza que, embora tenha um número de personagens escravos demasiado razoáveis, seu papel e sua importância na construção são quase que inexistentes, não há quase nenhuma atribuição de individualidade as personagens, um diálogo travado logo nas primeiras páginas do romance, nos revela tal aspecto:

Na manhã de 15 de janeiro de 1850, saía da casa grande, na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, um grupo de três crianças, acompanhadas por duas mucamas e um pajem agalado. Eram duas meninas de onze a doze anos, e um menino de quinze (ALENCAR, 2013, p. 20).

Nota-se que é negada aos escravos presentes qualquer mínima descrição, o que não acontece com as crianças que são descritas como “duas meninas de onze a doze anos, e um menino de quinze”, além de que embora todos estejam juntos, o “grupo” é apenas constituído pelas crianças brancas (SILVA, 2004).

Pode-se apenas considerar duas exceções ao longo da narrativa que são os personagens da Nhá Chica e do Pai Benedito, escravos que desempenham um papel na obra, mesmo que de forma sutil e indireta, afinal, Benedito guarda o segredo da morte de José Figueira, embora que em nenhum momento se tem papel ativo e decisivo na história (SILVA, 2004).

Ao longo do desenrolar dos eventos da vida daquela fazenda da sociedade rural do século XIX, em alguns momentos durante a narrativa se revelam ao leitor, através das falas dos personagens escravos, a maneira como os próprios se enxergavam nos seus respectivos lugares que ocupava nas relações cotidianas da fazenda (SILVA, 2004). Em dois trechos tal questão é claramente explicitada:

Desaforo! Vou fazer queixa a sinhá! Eu sou sua mucama dela, sua mucama de estimação; não é para ser tratada assim. Se não presto mais, então me vendam!... depois é que hão de ver! (ALENCAR, 2013, p. 30).

O riso é contagioso. Ninguém pôde resistir. O Martinho apertava as ilhargas e trinava como um frango: - Qui-Qui-Qui! Pomada de jaca!... Qui-Qui! Para alisar o pixaim (ALENCAR, 2013, p.29).

Observa-se nos trechos que a personagem Eufrosina (mucama da baronesa), se irrita com uma brincadeira das crianças, ao se queixar, ela utiliza os termos “não é para ser tratada assim” e “sou sua mucama dela, sua mucama de estimação”, a personagem de forma ingênua desconsidera-se enquanto pessoa merecedora de respeito, procurando tê-lo por enfatizar sua condição de mucama e seu “pertencimento” enquanto escrava a sua senhora (SILVA, 2004).

Quando nos debruçamos sobre a fala do personagem Martinho (pajem do barão), no momento em que Eufrosina está suja, coberta de jaca que Mário lhes tinha jogado, ao rir da situação em que a mucama se encontrava e, principalmente, ao rir das palavras de Mário de que a jaca lhe serviria como “pomada” para “alisar o pixaim”, é claro o desdém do personagem pelas características africanas mesmo que estas estejam presentes nele também, de forma indireta eles se desmerecem e exaltam as atitudes e a estética de seus senhores como o aceitável e belo (SILVA, 2004).

Ao considerarmos a posição de Alencar frente à forma como este encarava escravidão e como deveria operar a emancipação dos escravos, e ao nos debruçarmos na leitura e análise de **O Tronco do Ipê**, nos deparamos com elementos que afirmam tais concepções mesmo que em uma narrativa literária.

De maneira que, podemos perceber tais concepções, através das relações senhoriais retratadas no romance de forma benevolente e pacífica, principalmente, no tratamento dispensado a Benedito, personagem negro de maior destaque na obra, este por ocasião de seu senhor de quem era pajem casar-se e mudar-se da fazenda e este pela idade não poder acompanhar seu senhor, resolve pedir a senhor que o deixe morar numa cabana sem dono nas proximidades da fazenda, segundo, observamos diante de tal pedido “não houve dificuldade”, o que constituía um privilegio concedido por um senhor afetuoso (SILVA, 2004).

Em outra ocasião, durante os festejos da comemoração do natal, o senhor concedia permissão aos cativos para que no dia seguinte, “Na noite do natal os pretos da roça tinham licença para fazer também seu folguedo, e os senhores estavam no costume de por esta ocasião honrar os escravos, assistindo a abertura da festa que principiava pelo infalível batuque” (ALENCAR, 2013, p. 195).

Diante de tais trechos podemos traçar uma perspectiva das relações cordiais entre senhores e escravos apresentados no romance, onde estes vivem em comunhão, aceitando seus papéis e lugares na sociedade, sem questionar e aceitando certas concessões como atos de benevolência e boa índole do senhor, ao passo em que este presta “honra aos escravos”

assistindo o principiar do batuque, é uma forma de atenuar as relações antagônicas no romance retratando de forma parcial tais relações. Porém, podemos pensar numa perspectiva que o comportamento de relativa passividade dos e o modo de vida dos escravos representem uma forma de lidar com a condição de escravo, quando não se pode ser livre, procurando assim conseguir aproveitar as situações da melhor maneira possível (SILVA, 2004).

### **Considerações finais**

A trama alencariana, **O Tronco do Ipê** apresenta muitas possibilidades de interpretação, sobre escravidão e relações escravistas, não apenas as veiculadas e discutidas nesse texto, o romance nos oferece uma multiplicidade de leituras a partir do ponto onde direcionamos nosso olhar investigativo.

Procuramos aqui apresentar como os argumentos de Alencar acerca da escravidão repercutem de forma sutil em sua produção literária, relegando ao negro escravizado uma posição de coadjuvante e muitas vezes com espaço incerto, embora se disponha a acrescentar a realidade brasileira em sua obra, faz essa inclusão a partir de suas concepções, colocando um pouco de açúcar nas relações escravistas do fim do século XIX, levando a pensar numa gradativa lentidão na libertação de escravos que estavam tão bem “sob tutela” de seus senhores, é como se pudéssemos traçar que através da via literária José de Alencar nos mostrasse a seu ver como deveriam se dar as relações entre senhores e escravos, sem precisar negar totalmente a presença e os costumes da população negra escravizada.

Ao fim do romance, os escravos Nhá Chica e Pai Benedito ganham liberdade com o casamento entre Mário e Alice, essa passagem nos abre brecha para enxergar a “revolução de costumes” que através da iniciativa privada sem intervenção do estado libertaria gradualmente os escravos, sem causar o caos social e respeitando a instituição da escravidão e a vontade senhorial conforme a concepção de Alencar, concretizada e reafirmada por ele em seu escrito literário.

São críticas feitas e consideradas pela posteridade, mas, que em nenhum aspecto tiram o brilho das obras do patriarca da literatura brasileira, que ao seu modo teceu a brasilidade, os costumes, a língua e “cor local” em sua obra, sem deixar de colocar uma pitada de suas fortes opiniões tão características da personalidade do literato.

## Referências

- ANDRADE, Iara. **Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional**. Rio de Janeiro: UniRio, Julho 2010.
- ALENCAR, José de, 1829-1877. **Cartas de Erasmo**; organizador, José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro: ABL, 2009.
- ALENCAR, José de. **O Tronco do Ipê**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro, 1893.
- ALENCAR, José de. **Discursos proferidos na sessão de 1871 na câmara dos deputados**. Rio de Janeiro, 1871.
- BORIS, Fausto. A Crise do Segundo Reinado. In: **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel:1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **História da Educação**. Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**. 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>>. Acesso em 07/03/2019.
- SILVA, Hebe Cristina da. **Imagens da escravidão: uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar**. Campinas: UNICAMP, 2004.